

A GRÉCIA E MOÇAMBIQUE

DILEMAS, LIÇÕES E OPÇÕES DE LUTA ¹

Carlos Nuno Castel-Branco

CONTEXTUALIZAÇÃO

Em 2014 e 2015, a Grécia, por más e por boas razões, esteve no centro dos temas de debate e foi notícia das agências financeiras internacionais, de académicos e analistas e dos meios de comunicação social. As más razões foram de dois tipos: a sua crise financeira profunda, e a forma ilógica, dura e irresponsável como credores, União Europeia e agências financeiras trataram o país. As boas razões foram as abordagens e os projectos alternativos gerados pelo Governo progressista do Syriza, a luta titânica daquele país milenar contra a tirania dos mercados financeiros, o apoio esmagador do povo grego a um projecto social-democrata progressista, que se focava na reestruturação e no alívio da dívida e na promoção do crescimento e do emprego, em vez de na implementação de programas draconianos de austeridade social contra os trabalhadores e outros grupos sociais menos favorecidos. A Europa, e parte significativa do mundo, envolveu-se neste debate apaixonadamente, ora do lado das oligarquias financeiras globais e dos seus instrumentos políticos, os governos neoliberais de direita europeus, a União Europeia e outras agências financeiras, ora do lado dos intelectuais progressistas e dos trabalhadores gregos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) perdeu uma oportunidade para tentar mostrar que tem alguma relevância real, intelectual e política, preferindo «lavar as mãos» – por um lado, discordava da rigidez germânica e europeia e da sua obsessão com a austeridade, argumentando que a austeridade estava a ir longe demais, e considerava imperioso o alívio da dívida e a sua reestruturação, mas, por outro lado, nunca mostrou ter músculo político e credibilidade e relevância intelectuais para ajudar a mudar a correlação de forças a favor da Grécia. Economistas sociais-democratas, incluindo Nóbéis laureados, como Paul Krugman e Joseph Stiglitz, e partidos e movimentos políticos progressistas europeus – como a ala esquerda do Partido Trabalhista inglês, o Podemos espanhol, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista

¹ Este capítulo é uma versão adaptada e mais extensa de um texto produzido para a comunicação social no auge dos debates sobre a crise grega. Uma versão resumida foi publicada no jornal *Savana* em Julho de 2015.

portugueses, a ala keynesiana do Partido Nacionalista Escocês (SNP), entre outros – ombream com o Governo do Syriza e com o povo grego, credibilizaram as soluções progressistas e antiausteridade social propostas pelo Governo helénico, mostraram que a Grécia tinha razão e que essa era uma solução e um recomeço da esperança para a Europa, que, pela via neoliberal, caminhava para o abismo económico, para a fragmentação política e para o fascismo. Mais uma vez, a Grécia parecia ter reclamado a posição de «centro do mundo civilizado», ou, nas condições históricas actuais, centro do debate sobre a salvação ou condenação final do capitalismo mundial.

A esquerda construiu novos heróis – os que ousaram lutar e transformar em política económica e social prática a rejeição do neoliberalismo e a adopção de alternativas socialmente mais justas e economicamente mais sustentáveis. A Grécia tornava-se, assim, uma nova comuna de Paris ou um novo São Petersburgo (na Rússia revolucionária de 1917). Desta vez, a força das armas fora substituída por um Governo eleito por maioria popular e por um referendo em que quase dois terços de noventa por cento dos potenciais votantes elegeu a mudança e a alternativa real, e rejeitou o neoliberalismo e a alternância sem alternativas. Nas urnas, foi o triunfo da democracia grega sobre a barbárie financeira e o advento da viabilidade política democrática de alternativas radicais ao *establishment* político e económico, revelando, pelo menos, um ponto importante: um programa económico e político progressista é necessário, urgente, possível e viável eleitoralmente.

A direita construiu novos vilões – os caloteiros, que não queriam pagar a dívida, que entraram em crise por consumirem acima das suas possibilidades e que, em vez de ajustarem a procura aos meios disponíveis, queriam garantir o seu bem-estar à custa do resto da Europa. Para a direita, estes eram irresponsáveis e irrealistas, ingratos relativamente à paciência e generosidade da Europa – das suas instituições e dos seus contribuintes (sim, os cidadãos da Europa são... contribuintes, acima de tudo, ou quase exclusivamente). Arrogantes e irresponsáveis, culpados pelo sofrimento do povo e, em especial, das crianças, assim foram retratados os líderes políticos do Syriza. A propaganda falsa em torno do programa do Syriza foi dirigida a criar a imagem de caloteiro responsável pela crise. Por não querer seguir os «bons costumes» do sistema financeiro que domina a economia, o poder e a cultura europeus, o Syriza foi responsabilizado pela pobreza, pela fome e pelas nuvens negras no horizonte, excomungado e obrigado a humilhar-se.

Enquanto a esquerda glorificava o processo democrático, em que os cidadãos foram chamados a fazer escolhas sem promessas falsas – apenas a promessa de que os sacrifícios do programa do Syriza poderiam abrir opções que o programa da Europa não contemplava –, a direita considerava tal processo irresponsável. A Europa comum, em termos neoliberais, tornou-se incompatível com a democracia directa, enquanto as alternativas de esquerda se tornaram a sua essência e a sua energia renovada. A democracia grega abanou o *establishment* neoliberal financeiro e político e ameaçou-o no seu ponto mais sensível, mostrando que a frase «não há

alternativas» é, de facto, uma ilusão e, parafraseando Marx, uma forma de ópio do povo. O *establishment* não gostou e tornou claro que a democracia só vale quando se trata de o legitimar. Nem os testemunhos de alguns dos mais famosos economistas revisionistas da actualidade, como Krugman, Stiglitz e Piketty, tornaram a instituição financeira europeia mais sensível e sensata e menos agressiva em relação ao Syriza. Depois de afirmarem não compreender como a instituição europeia era capaz de ser insensata ao ponto de não entender as propostas reais e realistas avançadas pelo Syriza e de as considerar como base de discussão, demonstraram que a austeridade falhara e atirara com a Europa para a beira do precipício. Krugman chegou ao ponto de sugerir que a melhor opção para a Europa seria a Alemanha sair do euro. Jurgen Habermas, um famoso filósofo e sociólogo alemão, afirmou que o grande escândalo europeu era a forma intransigente como o Governo alemão assumia o papel de líder europeu para o qual não havia sido eleito. Segundo ele, a Alemanha deve o impulso que lhe permitiu ter a ascensão económica de que se alimenta, ainda hoje, à generosidade das nações de credores, incluindo a Grécia, que, em 1954, eliminaram, com um simples traço, mais de metade das suas dívidas. Habermas concluiu que são os cidadãos, e não os banqueiros, que devem ter a última palavra sobre questões que dizem respeito ao destino europeu.

Desde a última proclamação do «fim da história», ou profecia do triunfo final do neoliberalismo, que não se assistia a um debate tão intenso, à escala mundial, sobre opções sociais de classe acerca da análise do passado, as possibilidades e acções do presente e as esperanças sobre o futuro, e poucos assuntos mobilizaram tanto debate, foco de acção e solidariedade internacional. A história voltava a estar viva, e regressava com «desejo de vingança».

Ironicamente, enquanto a resistência grega se desgastava e o Syriza aceitava termos humilhantes de rendição à direita financeirista europeia, sob pressão de políticos e burocratas subjugados ao capital financeiro e a regras autocráticas, indiferentes às implicações das suas opções sobre sociedades, povos, comunidades e indivíduos, o movimento de resistência antiausteridade e pró-social-democracia progressista estendia-se e ganhava força: Jeremy Corbyn, da esquerda trabalhista, viria a ganhar, esmagadoramente, as eleições para a liderança do seu partido, desafiando a «terceira via» neoliberal que havia dominado o Reino Unido e o seu movimento trabalhista desde Thatcher; um Governo de coligação à esquerda foi eleito em Portugal; o SNP, com um programa antiausteridade, ganhou a Escócia de forma retumbante; o Podemos conquistou capacidade de governação na Espanha; a narrativa romântica do triunfo islandês sobre o capital financeiro tornou-se lenda. Por outro lado, a premonição do retorno da direita, da xenofobia e do fascismo, provocados pela insistência e resiliência do poder do capital financeiro e da sua autocracia, também se concretizava, exemplificada pelo tratamento dos imigrantes e no escárnio pela solidariedade e fraternidade humanas, pela agressividade antigregos, pela transformação do capital financeiro em religião política do Estado, pela intensificação do debate sobre a relevância da união financeirista e pelo avanço eleitoral da direita em alguns países tradicionalmente sociais-democratas.

Surpreendentemente, parte da opinião pública moçambicana não se alheou deste assunto, e as redes sociais e os órgãos de comunicação social foram inundados de debates à esquerda e à direita. Em muitos quadrantes, o debate foi adulterado pela propaganda falaciosa da direita europeia, que o restringia ao tema, falso, de o Syriza ter ou não licença para não pagar a dívida. Na prática, a direita moçambicana argumentava, em linha com a autocracia europeia, que os gregos eram culpados da sua desgraça e, logo, tinham de honrar a dívida, fossem quais fossem as implicações. A esquerda moçambicana, por sua vez, argumentava que a crise havia sido provocada pelo capital financeiro e as oligarquias gregas, e não pelo povo trabalhador grego; que a questão não era não pagar a dívida, mas aliviá-la e reestruturá-la em termos que dessem à Grécia a oportunidade de recuperar a sua capacidade económica e produtiva e, desse modo, a sua capacidade de pagar a dívida por via do crescimento da economia e da geração de emprego, em vez de pela destruição do seu tecido económico e social; e que a Grécia, à semelhança da Espanha resistente e republicana dos anos 1930, se havia tornado uma frente de batalha onde se decidiam a cidadania, a democracia e a esperança europeias mas, também, uma visão mais progressista e humana do desenvolvimento no resto do mundo.

Este capítulo aborda este debate em três secções distintas: resumo da questão económica grega; discussão das semelhanças com Moçambique num contexto historicamente particular em que o mesmo leque de questões se apresenta; discussão de alguns dos dilemas, lições, focos de luta para Moçambique.

A CRISE DO CAPITALISMO NA GRÉCIA

A recente crise económica grega foi desencadeada pelo colapso do sistema financeiro internacional de 2007-2008, que se arrasta até hoje. Os governos das economias capitalistas absorveram a dívida privada e tornaram-na pública – isto é, a crise gerada pela especulação financeira e pela transformação do sistema capitalista numa imensa bolha de ilusória prosperidade para uma minoria foi transformada em dívida do Estado.

O resgate dos 20 maiores bancos custou aos Estados capitalistas cerca de 14 triliões de dólares americanos, ou seja, cerca de 40 vezes o valor da dívida grega. Metade destes vinte bancos tinha dívidas superiores à da Grécia e a dívida total dos quatro maiores bancos era 22 vezes maior que a grega [o mais pequeno destes 20 bancos tinha uma dívida dez vezes superior ao Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique].

Em paralelo, os paraísos fiscais prosperaram, em especial na Europa, e estima-se que o valor potencial da receita fiscal não colectada, «depositada» em tais paraísos, seja equivalente a pelo menos metade do valor do resgate do sistema financeiro (isto é, cerca de 20 vezes o valor da dívida grega total). Finalmente, além de pouco terem feito para pôr em prática as firmes decla-

rações da cimeira do G8 de Julho de 2013 contra estes paraísos fiscais (pelo contrário, estes não deixaram de prosperar), os governos ocidentais, em especial os neoliberais da Europa, mantiveram políticas de incentivos fiscais redundantes e gigantescos para as grandes corporações. A título de exemplo, em 2014 o valor total dos incentivos fiscais concedidos pelo Governo britânico a um pequeno grupo de grandes corporações foi oito vezes superior aos cortes brutais na segurança social introduzidos no orçamento do governo conservador em 2015 (comparativamente, tais isenções fiscais são equivalentes a um terço da dívida grega total). Em 2016, o valor das isenções fiscais dadas pelo Governo de direita britânico a grandes corporações multinacionais, cerca de cinco biliões de libras, excede o valor dos cortes nas pensões e segurança social que os tories queriam introduzir para equilibrar o seu orçamento. Como este processo é cumulativo, ao longo do mandato do Governo conservador britânico na última meia década, os cortes nas áreas sociais vitais – saúde, educação, segurança social – ultrapassaram os 150 biliões de libras, enquanto a perda «voluntária» de receita fiscal por via de incentivos fiscais redundantes dados a grandes corporações se aproximou dos 500 biliões de libras.

Portanto, a resposta «responsável» e «realista» da Europa financeira à crise foi fazer o contribuinte pagar pelo resgate do sistema financeiro privado, aumentando a pobreza e o fosso entre ricos e pobres, mesmo na chamada «Europa mais desenvolvida» (as economias que fazem parte do G8). A redução do défice fiscal, criado pelos pacotes de resgate dos bancos europeus e pelas isenções fiscais para os grupos mais ricos da sociedade, foi concebida para ser suportada pelas costas, pelo suor e pelo empobrecimento das classes trabalhadoras europeias.

A crise grega acontece neste contexto, sendo exacerbada pela reestruturação do sistema social de acumulação de capital que marcou quase todas as economias do euro – rápida transição para a completa financeirização e especulação imobiliária – e pelo domínio das oligarquias ligadas à finança internacional, construção naval e imobiliária, armamentos e outras áreas.

Num período relativamente breve, pós-2007, a Grécia caiu na armadilha da dívida. Na sequência da socialização dos custos do resgate do grande capital financeiro, começou a contrair dívida para pagar dívida e a privatizar os activos públicos a baixo custo, transformando bens públicos em privados com limitados ganhos financeiros para o Estado, em prejuízo do acesso da população aos serviços, e expropriando o Estado do controlo de infra-estrutura económica e social vital. A onda de «privataria» (parafraseando um livro recente de Jorge Costa & Mariana Mor-tágua, 2014) na Grécia atingiu os mais profundos elementos da cultura, com a completa privatização da comunicação social, privatização parcial de monumentos que foram património cultural universal (e hoje são activos financeiros de entidades capitalistas) e, mesmo, privatização de partes do território do país.

Uma estatística interessante poderá ajudar a esclarecer algumas questões vitais. Nos últimos quatro anos, a dívida grega baixou de 355 biliões de euros para 323 biliões. Porém, e este é o ponto mais dramático, houve uma redistribuição estrutural fundamental desta dívida: a expo-

sição do sector público à dívida grega aumentou de 27% em 2011 para 77% em 2015, enquanto a do sector privado diminuiu de 41% para 5% (a exposição de «outros» diminuiu de 32% para 18%). Portanto, o Estado, isto é, o cidadão comum, absorveu a dívida privada.

Por outro lado, o peso da dívida grega aos países da Zona Euro quadruplicou, no mesmo período, de 15% para 60% da dívida. Além disso, os fluxos do sistema financeiro comunitário europeu para a Grécia foram realizados através da banca comercial privada, que cobrou àquele país uma taxa de juro entre cinco e seis pontos percentuais acima das taxas de juro comunitárias, praticando um *spread* de cinco a seis pontos percentuais. Portanto, a Grécia poderia ter recebido fundos comunitários a 1%-2% de juro e, em vez disso, recebeu esses fundos através da banca comercial a 7%-8%, tornando-se inviável financeiramente. Somente em termos de juros, a banca comercial europeia, em especial a alemã, obteve margens de lucro de 500% ou mais em cada euro emprestado à Grécia. Com este quadro, a Grécia continuou a endividar-se para pagar a dívida, pois cerca de 90% dos fluxos financeiros para a Grécia nos últimos quatro anos foram destinados a pagar a dívida grega à banca. Ou seja, em cada dez euros que a Grécia recebeu, nove foram para pagar a dívida, e apenas um foi para projectos de desenvolvimento e para o funcionamento do Estado. Portanto, o Estado resgatou o sistema financeiro privado três vezes: primeiro, absorveu a sua dívida; segundo, permitiu que o sistema bancário especulasse com essa dívida, recebendo fundos do banco europeu a um sétimo do custo a que os «vendeu» à Grécia, para este país pagar a dívida desses bancos; e, terceiro, ficou em dívida com o sistema financeiro e subjugou a economia e a vida social aos interesses desse capital. Isto é, a transformação da dívida privada em pública e o financiamento contínuo dessa dívida, com a condição de imposição de medidas de austeridade social cada vez mais severas, tornou-se o foco do negócio e um instrumento de resgate do sistema financeiro europeu, especialmente do alemão, à custa do povo grego e da soberania política, económica e social da Grécia.

Interessantemente, enquanto o resto da Europa mergulhava no inferno da dívida e recessão, o Estado alemão, em aliança com o sistema financeiro, financiava exportações estratégicas da indústria alemã, incentivando o endividamento da Europa. Ao longo da última meia década, o orçamento do Estado alemão realizou uma receita média anual de mais de 20 biliões de euros, derivada do pagamento, à Alemanha, do serviço da dívida do resto da Europa. Dado que fissuras graves começam a aparecer na aparente prosperidade alemã, não nos deve surpreender a intransigência e arrogância com que Angela Merkel e o seu Governo tratam a Grécia e o resto da Europa.

Em resumo, os cidadãos gregos devem ao euro porque os governos do euro usaram a periferia europeia, como a Grécia, Portugal, Espanha, Irlanda e outros, para resgatar o sistema financeiro europeu, financiando a recuperação do capital financeiro à custa do bem-estar e do progresso social, económico e político dos trabalhadores da Europa. Em nome desse resgate, os cidadãos da periferia europeia vivem pior e com perspectivas e expectativas mais sombrias, mas estão

mais endividados. A recente ameaça de iminente explosão da bolha imobiliária e financeira na Holanda e na Finlândia, bem como a crise da dívida em países como o Reino Unido, podem piorar a situação.

Portanto, o argumento da direita europeia (e mundial) de que a crise grega provém do excesso de consumo sobre a produção, do excesso de benefícios sociais para os trabalhadores, do falhanço das alternativas de esquerda e, mais explicitamente, foi criada pela intransigência do Syriza não passa nenhum teste factual e é falso.

A pressão sobre a Grécia é mascarada por um aparente moralismo legalista – a Grécia deve; logo, deve pagar. Já vimos porque e como é que a dívida oligárquica grega se tornou pública, o que põe em causa esta alegação. Outro argumento é que os cidadãos do resto da Europa não devem ter de pagar os «luxos» dos gregos, e não é justo que outros países, como Portugal, por exemplo, que têm uma dívida pública elevadíssima, tenham de subsidiar a Grécia. Já vimos como é que a dívida desses países foi criada e que os seus cidadãos estão a pagar o resgate do sistema financeiro e não o resgate dos «luxos» dos gregos. Aliás, os gregos que vivem no luxo têm contas em bancos suíços e nos paraísos fiscais, não pagam impostos e, seguramente, não vivem na Grécia.

Independentemente da falácia dos argumentos de direita, aceitemos que, apesar de tudo, os cidadãos gregos, e do resto da Europa, tenham o dever moral e legal de pagar a dívida que os seus governos (no caso grego, anteriores ao Syriza) aceitaram assumir para resgatar o sistema financeiro. A questão que sobra para resolver é como é que esta dívida se paga e quem a paga. Este é o debate diário em que o Governo do Syriza está envolvido desde que subiu ao poder, há um ano. Ao contrário da propaganda de direita, o Syriza não é caloteiro, não se propõe não pagar, não é o gerador da crise económica e apresentou propostas concretas alternativas às tradicionais «soluções» monetaristas assentes na austeridade social. Enquanto as propostas do *establishment* financeiro e burocrata europeu eram focadas na austeridade social, até extrair o último sopro de vida das classes trabalhadoras gregas, as propostas do Syriza eram focadas na reestruturação e no alívio parcial da dívida e libertação de recursos para recuperar a economia e o emprego, isto é, recuperar a capacidade de sair da espiral de endividamento de forma sustentável e sem sacrificar os mais desfavorecidos. Foi no Governo do Syriza que os responsáveis políticos pela corrupção e pela dívida foram levados à justiça e condenados, enquanto os negociantes de armamentos, de guerras, de paraísos fiscais e de resgates bancários continuam impunes e serenos na maior parte do resto da Europa.

Merkel e seus pares, em representação dos credores, exigiam o incremento da austeridade social (mais apertos na educação, na saúde, nos subsídios aos preços para os grupos sociais mais desfavorecidos e na segurança social), a redução da procura agregada, o aumento dos impostos sobre o consumo (IVA), que penaliza os pobres mais desproporcionalmente, a «privataria» e a aceitação de novos empréstimos para pagar a dívida, em troca de mais e mais do mesmo remédio. Portanto, a sua generosidade oferecia apenas uma perspectiva de ciclos con-

tínuos de crise e dívida (o que Yanis Varoufakis, ex-ministro das Finanças grego, chamou «capitalismo viciado em dívida»), até que ocorra a reestruturação completa da economia, com supostos equilíbrios atingidos a níveis substancialmente mais altos de pobreza e de concentração e centralização de capital.

As projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) indicavam que este modelo europeu só seria viável se a economia grega crescesse, em termos reais *per capita*, a 2% ao ano nos próximos 30 anos (o dobro da média das economias europeias) e atingisse um excedente orçamental primário de 4% ao ano (a maioria dos credores europeus tem défices primários, em vez de excedentes, na ordem dos -4%) nas próximas três décadas. Em resumo, o FMI demonstrou que o programa europeu para a Grécia era impossível de atingir: as metas eram altíssimas e muito acima do que as melhores economias conseguiam fazer, e o contexto (severa austeridade, redução da capacidade política do Estado e alocação de proporções crescentes do excedente para pagar dívida) era impróprio mesmo para gerar taxas muito mais modestas de recuperação económica. Logo, o programa merkeliano não era realista, nem responsável, e, sendo económica e socialmente insustentável, era moralmente inválido. A «legalidade» de ter de pagar nos termos dos credores da Zona Euro era apenas uma questão de poder e não de justiça ou viabilidade. Ao contrário da propaganda de direita, não era verdade que o Syriza recusava pagar a dívida ou quisesse sair do euro, e era falso que tenha promovido um referendo para esses fins. De facto, o Syriza apresentou o que Krugman, Stiglitz, Francisco Louçã e muitos outros economistas e historiadores consideram ser uma base de negociação alternativa viável para a Grécia e inspiradora para o resto da Europa: renegociação da dívida (perdão parcial da dívida e reestruturação do serviço da restante, para tornar possível honrar o serviço da dívida sem sacrificar, ainda mais, a economia, o tecido social e os cidadãos), cortes em despesas não prioritárias (como a excessiva despesa militar ou em infra-estruturas megalómanas que, sendo úteis para aplicações financeiras e especulação imobiliária, não servem a economia nem o bem-estar dos cidadãos), tributação mais severa das oligarquias, das grandes corporações e da especulação financeira e imobiliária (em vez de aumentar o IVA), e aplicação dos fundos assim libertados e criados no estímulo à produção, emprego e segurança social para os grupos sociais mais desfavorecidos. Em resumo, em vez de contrair mais dívida, garantida pelo aumento da severidade da austeridade social e contracção da economia e do emprego, para pagar a dívida, o Syriza propunha um programa de mobilização doméstica de recursos, crescimento e emprego que tornasse a economia capaz de sair da armadilha da dívida. Implícito, na lógica do Syriza, estava o argumento usado no passado para a Europa (incluindo a Alemanha), a Ásia, a África e a América Latina: se a dívida é impagável em condições económica e socialmente sustentáveis, é preciso reprogramá-la, para estimular a expansão real da economia e do emprego e gerar, assim, dinâmicas de acumulação que permitam servir a dívida sem destruir as possibilidades de vida. Empresas e Estados em todo o mundo engajam-se nestes processos negociais todos os

dias. Os Estados capitalistas entregaram 14 triliões de dólares ao sistema financeiro especulativo, para o resgatarem, sem fazerem e aplicarem exigências de estruturação fundamental nem seguirem qualquer processo democrático de auscultação popular, mas já foram incapazes de aceitar a reestruturação da dívida grega e do seu serviço,

Qual era o problema com a Grécia, então? Primeiro, era o perigo de contágio, não da crise financeira, mas das alternativas ao neoliberalismo. Estas alternativas requerem a redução substancial do poder do sistema financeiro sobre os Estados e sobre a política pública, destroem o propalado argumento «não-há-alternativa-a-não-ser-a-austeridade-mais-severa-para-o-público» usado pela direita, e travam o processo em curso de crescente centralização e concentração do capital. Segundo, as alternativas gregas davam articulação e viabilidade a abordagens de esquerda, gerando alternativas políticas reais e não apenas alternâncias dentro do *establishment* político e económico já exausto, mas arrogante. Terceiro, estas alternativas obrigavam a uma discussão sobre o projecto social. Para os governos europeus, o único projecto é a austeridade: o que cortar na despesa ou aumentar na receita para equilibrar o orçamento, sem afectar as taxas de lucro financeiras e a centralização e concentração de capital. Na propaganda de direita, o aumento da pobreza e do fosso entre ricos e pobres tornou-se uma inevitabilidade histórica imperativa, indicadora do «realismo» e «responsabilidade» económica. Uma vitória de uma alternativa real iria focar o debate nos padrões de crescimento e transformação económica e de apropriação, distribuição e utilização do excedente. Logo, o debate sobre opções de classe tornar-se-ia muito mais claro, o que a grande finança e a gigantesca burocracia política não podiam aceitar. Quarto, o movimento social, político e económico grego questionava o sistema e o equilíbrio das alternâncias sem alternativas, que têm marcado a democracia liberal europeia (e mundial) das últimas décadas, levando ao desencanto e à desmobilização do eleitorado. O debate sobre alternativas reais na Grécia mobilizou o eleitorado a favor de um programa de esquerda que oferecia a possibilidade de sair da armadilha do neoliberalismo, da dívida e da austeridade sem perspectivas, mesmo que não oferecesse garantias. A apropriação da política pelo «contribuinte» é um dos maiores perigos para o modelo de Estado e de acumulação de capital em que o «contribuinte» alienado é levado a aceitar e pagar pela acumulação financeira e especulativa dos maiores caloteiros da história – o actual sistema de financeirização do capitalismo global. Quinto, as propostas gregas desafiavam a arrogância, o burocratismo pretensamente legalista e a incompetência do *establishment* económico e financeiro europeu. Nas palavras de Varoufakis, o «arrogante» que desafiou «os terroristas políticos e financeiros», enquanto a Grécia queria discutir macroeconomia, os conservadores e burocratas da Europa só queriam discutir regras. De que servem as regras se estas não fazem sentido e, por conseguinte, são prejudiciais para o problema que pretendem regular ou resolver? De que vale impor uma regra orçamental, como o nível do défice ou *superavit* primário, se essa imposição impedir os processos económicos necessários para sustentar uma economia em transformação e desen-

volvimento, que possa gerar equilíbrios fiscais saudáveis a longo prazo, num contexto de geração de bem-estar e de utilização produtiva de todas as forças da sociedade? Para que servem as medidas de austeridade social, se resultarem na contracção da economia e do emprego, na redução da capacidade de produção, mobilização e aplicação produtiva do excedente e numa maior pressão para despesas de protecção social caritativa por causa do ataque aos direitos, conquistas e oportunidades para os trabalhadores? Para que servem as regras de integração europeia se provocam desintegração? Para a burocracia incompetente e sequiosa de poder, nada é mais perigoso que a não-aceitação cega das regras, mesmo que estas não façam qualquer sentido. Ou, por outras palavras, nada se parece mais com fascismo do que a burguesia financeira e política com medo de perder os seus privilégios e poder.

O referendo grego, ao contrário do que diz a propaganda de direita, não foi nem para sair do euro nem para não pagar a dívida, mas para aceitar ou rejeitar as condições humilhantes e degradantes impostas pelos governos do euro, em nome do resgate do capital financeiro, aos povos da Europa. Há nove décadas, um referendo idêntico teve lugar na Europa, quando os fascistas alemães mobilizaram e manipularam a opinião pública e os votos contra a humilhação do Tratado de Versalhes, conduzindo assim à II Guerra Mundial. A Grécia, ao contrário da Alemanha dos anos 20 do século passado, ofereceu alternativas viáveis de governação democrática e mais justa em resposta à rapina financeira. Num cenário de aumento da pobreza e recrudescimento do fascismo, do racismo e da intolerância na Europa, é interessante notar como Merkel e os seus aliados parecem preferir humilhar as alternativas democráticas, mesmo à custa da proliferação das pressões nacionalistas e xenófobas da extrema-direita. Ao contrário do que dizem os burocratas europeus, o problema do Syriza não é não ter propostas responsáveis e realista, mas tê-las produzido com uma abordagem e um foco diferentes e viáveis.

O QUE É QUE A GRÉCIA TEM QUE VER COM MOÇAMBIQUE?

Chegados a este ponto, uma questão surge: o que é que isto tem que ver com Moçambique? Porque apaixonam estes debates em Moçambique? Porque surgem nestes debates posições de esquerda (a favor do alívio e reestruturação da dívida, investimento produtivo, promoção de emprego decente e contra a austeridade social que recai principalmente sobre os grupos sociais de menor rendimento) e de direita (subjugados aos mercados financeiros e apoiantes da austeridade social a qualquer preço)?

Primeiro, a economia moçambicana está sujeita às dinâmicas neoliberais de financeirização e, por consequência, ao que acontece na Zona Euro. As ideologias e alternativas no pensamento económico e político são muito influentes em Moçambique, particularmente dada a extrema exposição e dependência do país relativamente a fluxos externos de capital. Uma vitória do

Syriza poderia contagiar o debate sobre política económica e social em Moçambique do mesmo modo que o pensamento neoliberal e monetarista, de Merkel e aliados, o marca hoje. Segundo, a economia é extremamente dependente de fluxos externos de capital, pois 85% do investimento privado e cerca de 45% da despesa nas áreas sociais e de intervenção pública (dentro e fora do orçamento geral do Estado) são financiados por investimento directo estrangeiro (IDE), empréstimos comerciais, ajuda externa e dívida. O *stock* de dívida pública disparou na última década, tendo quintuplicado. A aceleração da dívida pública tem sido marcada pelo aumento acentuado da dívida comercial externa e interna, significativamente mais caras que a dívida concessional e de mais curto prazo. A dependência extrema em relação a fluxos externos de capital é causada por três factores centrais. O primeiro é a voracidade das oligarquias nacionais por capital externo, pois este é a sua base financeira de acumulação primitiva. O capital externo é atraído pelo fácil acesso a recursos naturais estratégicos (minerais, energéticos e terra) e infra-estruturas públicas ou por parcerias público-privadas a baixo custo, pelas possibilidades de especular com os recursos, obtidos a baixo custo, no mercado internacional, e pela predisposição do Estado em se endividar para reduzir riscos e custos para o grande capital multinacional. A contrapartida é a facilitação da participação de elites nacionais nesses projectos de investimento a partir da «privatização» dos recursos estratégicos públicos e a sua negociação em troca de acções e outros interesses financeiros. A consequência é a construção de uma economia porosa, afunilada e extractiva, geradora de desigualdades sociais e regionais, de pobreza e de instabilidade macroeconómica. O segundo é o interesse de segmentos do mercado financeiro internacional em investir na economia especulativa moçambicana, atraídos por dois factores: os recursos naturais estratégicos e o controlo da dívida pública de Moçambique. O terceiro é a necessidade de liquidez para pagar a dívida, na medida em que essa é um importante dinamizador das expectativas e da especulação, mas, ao mesmo tempo, uma fonte de negócio e uma pressão orçamental. O Estado moçambicano já começou a contrair dívida para pagar dívida.

Terceiro, nos últimos meses, têm sido «descobertos» compromissos de dívida ilegais e, até, secretos, assumidos pelo Governo, entre 2013 e 2014, através dos quais o Governo avalizou empréstimos comerciais, sobretudo dos bancos CreditSuisse e BTV, de curto prazo e com elevadas taxas de juro (mais de 7% acima do Libor), a empresas privadas (Ematum, Proindicus, MAM), e um empréstimo comercial para o Ministério do Interior. Pelos dados provisórios, estes empréstimos ilegais e secretos fizeram disparar a dívida pública total para cerca de 12 biliões de USD, e a dívida comercial (mais cara, de mais curto prazo e mais difícil de renegociar) para cerca de 5,5 biliões de USD. Esta dívida é ilegal porque não respeitou a Constituição (que determina que compete exclusivamente à Assembleia da República aprovar dívida que exceda um exercício económico e estabelecer os limites dos avales do Estado a empréstimos privados, quando tais empréstimos não foram, sequer, submetidos ao parlamento para aprovação), não

foi registada no Orçamento do Estado e não se sabe ao certo em que foi aplicada. Sendo ilegal e de aplicação privada, por que devem o Estado e os cidadãos ser responsabilizados por esta dívida e pagá-la? Qual é a razão que deve forçar a sociedade a sofrer para pagar dívidas que foram assumidas sem sua permissão, violando a Constituição e para benefício de um punhado de oligarcas nacionais e internacionais? Os empréstimos ilegais adquiriram um peso desproporcional no debate sobre a dívida moçambicana, embora representem, apenas, a quinta parte do *stock* da dívida externa, porque são caros e desestabilizantes, e porque são escandalosos e opacos, ou não transparentes. Portanto, à semelhança da Grécia, o Estado avalizou a dívida privada ligada ao capital oligárquico e tornou-a pública, aumentando a sua exposição nos mercados financeiros internacionais e gerando as dinâmicas de uma crise fiscal e financeira de grandes proporções.

Como consequência, do contexto descrito nos dois pontos anteriores, o peso do serviço da dívida no Orçamento do Estado começou a tornar-se excessivo, e a dívida começou a estruturar e a limitar opções na economia moçambicana, nomeadamente pelo seu impacto na escassez e no encarecimento do capital, tornando-o inacessível para as empresas que não façam parte do núcleo extractivo da economia (complexo mineral-energético e mercadorias agrícolas primárias para exportação), e exacerbando o carácter especulativo do sistema financeiro. Nos últimos dois anos, a classificação de Moçambique nos sistemas de avaliação financeira internacional baixou três níveis, tanto no Standard & Poor's como no Moody's, o que aumenta o risco e os custos de capital. Não é pois surpreendente que a «descoberta» dos empréstimos comerciais ilegais e a tentativa de reestruturação da dívida da Ematum tenham resultado no aumento dos juros da dívida pública externa em quatro pontos percentuais (em cerca de 50%) nas últimas semanas. Na sequência da dívida ilegal, o FMI suspendeu o desembolso da segunda *tranche* de apoio à balança de pagamentos para 2016, e o Banco Mundial suspendeu os desembolsos de empréstimos programáticos ao Orçamento Geral do Estado, mantendo, apenas, os empréstimos para projectos, o que imediatamente resultou na desvalorização da moeda e no aumento dos preços dos produtos básicos, em grande parte importados. As negociações em curso, entre o Governo de Moçambique e o FMI, podem implicar a adopção de medidas de austeridade social e de contracção monetária, como contrapartidas para a reestruturação da dívida, mobilização de apoio financeiro (isto é, mais dívida) para apoio às reservas externas e balança de pagamentos, e reposição da credibilidade de Moçambique perante os mercados financeiros internacionais. O Banco de Moçambique já elevou as taxas de referência, que se reflectirão no aumento das taxas de juros comerciais e na contracção do investimento doméstico, mas serão ineficientes a combater a inflação por esta ser criada pela estrutura dominante de produção e dependência de importações, num contexto de instabilidade e porosidade económicas. Portanto, a economia moçambicana pode mergulhar na sua maior crise fiscal e da balança de pagamentos do último quarto de século, aprofundando a crise social, a desigualdade e a

pobreza, tal como no caso da Grécia. Seria ingénuo, portanto, pensar que o que acontece no sistema financeiro internacional não tem implicações fundamentais para Moçambique.

Quarto, as tendências históricas da economia moçambicana não são dissemelhantes das da Grécia, de Portugal e de outras economias do euro em crise. O sistema social de acumulação primitiva de capital em Moçambique foi capitalizado por ondas sucessivas de expropriação do Estado: as privatizações em massa da primeira metade dos anos 1990, que permitiram formar uma classe de proprietários privados nacionais de activos pouco viáveis, fornecer-lhes uma base de especulação e criar simpatias e ligações com o grande capital multinacional; a venda desenfreada de recursos naturais, minerais, energéticos, florestais e marinhos, que deu a elites nacionais, formadas durante a onda de privatizações, a oportunidade de usar recursos públicos viáveis para negociar o acesso ao grande capital multinacional e atraiu o capital financeiro global; e a actual fase de meteórico endividamento público, que é o resultado da combinação de incentivos fiscais redundantes, parcerias público-privadas na exploração de infra-estruturas e do investimento público (com enfoque no valor pecuniário e imobiliário do investimento) e empréstimos comerciais ou venda de títulos de dívida, dentro e fora da economia, provocando tendências especulativas no sistema financeiro, pondo a economia em crise.

A burguesia capitalista moçambicana foi viabilizada, também, pela ajuda externa e pelo perdão e reestruturação da dívida. Ambas permitiram a maciça expropriação do Estado a favor do capital oligárquico nacional e internacional, sem que o Estado entrasse em colapso político; e o perdão e a reestruturação da dívida criaram o espaço para novo endividamento em grande escala a favor desses grupos de capital por via tanto dos incentivos fiscais como da despesa pública focada em megaprojectos económicos e projectos imobiliários.

Em resumo, as dinâmicas dominantes do sistema social de acumulação primitiva de capital em Moçambique são profundamente marcadas pelo «vício da dívida» e pela expropriação sistemática do Estado de modo a permitir a ligação dessa dívida com a formação de oligarquias financeiras nacionais. Uma análise, mesmo superficial, dos negócios mais significativos em Moçambique, organizados em torno de famílias ou de tipos de capitais, revela que a actividade dominante consiste na obtenção de recursos, na sua transformação em activos financeiros e na especulação desses activos financeiros. As receitas do Estado provenientes de tributação directa são dominadas pela tributação dos ganhos extraordinários de capital derivados da especulação dos recursos naturais. A fenomenal despesa em infra-estruturas é uma tripla oportunidade para o grande capital – lucro na construção, lucro com a dívida e serviço ao grande capital extractivo –, mas não ajuda nem a diversificação, nem a articulação da economia, nem a geração de emprego sustentável, e aumenta os custos do capital. O financiamento da dívida por via de venda de títulos e obrigações no mercado doméstico gera um sistema financeiro especulativo e inacessível à pequena e média empresa. Portanto, não é surpreendente que os recursos gastos pelos bancos comerciais domésticos na compra de dívida pública igualem a soma total dos seus empréstimos à agricultura,

indústria, construção, transportes, pesca e turismo; e que as três rubricas principais dos empréstimos bancários sejam, por ordem decrescente, a dívida pública, os empréstimos para consumo individual (especialmente para viaturas e construção de luxo) e o comércio.

Portanto, a economia moçambicana atravessa processos semelhantes aos da Grécia e da restante periferia europeia, com desafios idênticos, em contextos globais comuns, embora com magnitudes diferentes. O que a Grécia e a social-democracia progressista na Europa conseguiram conquistar, do ponto de vista de desafiar a ortodoxia monetarista neoliberal e avançar com um programa viável de reestruturação da dívida e dos centros de acumulação da economia, poderá beneficiar a economia moçambicana, que necessita, urgentemente, de uma profunda reestruturação. Um triunfo monetarista na Europa consolidará o poder do capital financeiro, o que terá reflexos inevitáveis na forma como a reestruturação futura da dívida e da economia moçambicana for feita.

O que pode acontecer, já que a bolha económica moçambicana parece pronta a explodir, ou o que vai ser feito para tentar adiar essa explosão? Num cenário de crise, quando servir a dívida e mobilizar capital se tornarem cada vez mais difíceis, a política económica irá reorientar-se do actual foco em atrair mais capital e ligá-lo, por via da porosidade económica, ao capital oligárquico doméstico emergente, para medidas excepcionais de controlo dos défices. Quais poderão ser as opções nessa altura? De entre várias possibilidades, os debates e as tensões centrar-se-ão em torno das seguintes opções ou de uma combinação delas, dependendo da intensidade e articulação da luta social e política sobre a produção e distribuição do rendimento e sobre quem paga e quem beneficia com o processo de ajustamento:

- 1) Cortes nas despesas sociais (segurança social, saúde, educação, transportes públicos, segurança pública, subsídios a preços de bens e serviços básicos, etc.), acompanhados pela privatização, mais ou menos ao desbarato, dos serviços e empresas públicos e dos recursos naturais, gerando novas esferas de lucro privado, reduzindo o acesso dos cidadãos aos serviços e a soberania do Estado sobre os activos e recursos públicos. Dados os níveis de pobreza e as privatizações maciças ocorridas desde os anos 1990, as margens para cortes nas despesas sociais e para privatizações são pequenas. Além disso, estes tendem a agravar a pobreza e a desigualdade social, com o risco de causar crises e tensões sociais. É provável que o processo de entrega do que resta das empresas públicas e dos activos fixos do Estado – como a terra e os recursos do subsolo – ao capital internacional e oligarcas nacionais seja acelerado, como forma de conversão de dívida em liquidez para satisfazer as necessidades fiscais do Estado a curto prazo. Estas medidas estão entre as favoritas do FMI e do complexo financeiro global, que as impuseram na Grécia e no resto da periferia europeia, em outras zonas de África e na América Latina, pois protegem interesses financeiros de curto prazo. É por alternativas a este tipo de abordagem que será necessário lutar em Moçambique.

- 2) Cortes nas mordomias dos dirigentes públicos e em algumas despesas correntes do Estado: seria uma medida popular e simbólica, respondendo à percepção popular de que é o «despesismo estatal» que cria a crise, e afirmando um governo sensível e comprometido com as preocupações dos cidadãos. No entanto, libertaria uma quantidade limitada de recursos para enfrentar a crise à escala da economia. Isoladamente, esta medida não resolve o problema, mas pode ajudar a credibilizar o Governo e a moralizar a sociedade.
- 3) Redução drástica do pessoal do aparelho de Estado: as despesas salariais correspondem a 40% da despesa pública total, pelo que a margem de ajuste financeiro é grande. No entanto, o grosso deste pessoal está em serviços públicos essenciais, como na saúde, na educação e na polícia. Cortes significativos neste pessoal teriam como consequência a redução da cobertura e a deterioração da qualidade do serviço prestado, conduzindo a uma possível crise mais severa dos serviços públicos. Tal crise teria um impacto negativo na qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo dos grupos sociais de baixo rendimento, que constituem a maioria da população, pois estes são os que mais dependem dos serviços públicos. Além disso, o Estado é o maior empregador e há poucas opções alternativas de emprego. Portanto, outro impacto imediato dos cortes drásticos no pessoal do aparelho do Estado seria o desemprego. Combinando o desemprego e a deterioração dos serviços sociais, esta medida conduziria ao aumento significativo da pobreza. Esta é outra abordagem favorita do FMI e dos mercados financeiros, mas uma das que mais resistência enfrentam por parte das classes trabalhadoras e do Governo, por causa das suas implicações políticas, sociais e económicas.
- 4) Combate à corrupção. É difícil destrinçar «corrupção» daquilo que é a lógica de acumulação primitiva de capital (sem a qual não existe capitalismo). Até que ponto é que a legislação e as práticas políticas, que permitem a expropriação sistemática do Estado em favor da acumulação de capital privado, são definíveis como corrupção? O que distingue o caso de um agente do Estado que se aproprie de fundos públicos em benefício pessoal do caso de outro agente público que se aproprie de recursos estratégicos públicos (minérios diversos, hidrocarbonetos, terra, infra-estruturas e, até, do espaço de endividamento público) e os entregue a corporações multinacionais e oligarcas nacionais? Dependerá a legitimidade do acto de o governo do dia o ter ou não autorizado, ou de o agente ter o percurso histórico ou laços familiares ou outros que o habilitem a expropriar o Estado? Nestas circunstâncias, quem irá fazer o combate à corrupção, a qual corrupção e como? Qual será o impacto político, económico e social desse combate? Quanto maior for o problema, mais resistência haverá, pois mais haverá a perder. Por exemplo, o debate sobre a Ematum foi engaiolado pelo argumento de que se trata de um projecto de defesa e segurança nacional, o que justifica a sua opacidade. O

mesmo argumento foi, recentemente, usado para os casos do Proindicus, do MAM e do empréstimo para o Ministério do Interior. Estes quatro projectos, financiados por dívida comercial externa com altas taxas de juros e curtos períodos de maturação, não foram submetidos ao parlamento para aprovação, nem, no caso dos últimos três, estavam inscritos no Orçamento do Estado (portanto, são ilegais). No entanto, representam mais de 2,2 mil milhões de USD de dívida pública (15% do PIB), embora apenas se conheça a alocação de um sexto desses fundos. Esta acção, que lesou o Estado e os cidadãos económica, financeira e politicamente, pode ou não ser considerada corrupção? Quando o novo governo assume estas dívidas e encarrega os cidadãos de as pagar, estará a proteger a corrupção ou um modo lógico de capitalização das oligarquias nacionais? O combate à corrupção é uma linha de acção a seguir, que, no entanto, só terá credibilidade e fará sentido se esclarecer as questões centrais (afloradas acima) e se se focar nelas. Para credibilizar o Governo actual, seria importante iniciar a investigação rigorosa dos empréstimos ilegais e secretos assumidos pelo anterior Governo e desencadear acções em várias frentes: corrigir o sistema de planificação e avaliação de projectos, de gestão das finanças públicas e de tomada de decisões; melhorar o sistema de prestação de contas do executivo, incluindo os mecanismos de controlo das suas acções pelo parlamento; e, se suficiente evidência for encontrada, investigar e processar judicialmente os responsáveis de alto nível suspeitos de envolvimento nestes crimes financeiros contra a estabilidade do Estado, a democracia e o desenvolvimento.

- 5) Cortes drásticos no investimento público (suspensão ou, mesmo, cancelamento de projectos). Tais cortes poderão ter quatro implicações imediatas: redução da actividade ou paralisação de projectos em curso; cancelamento de projectos aprovados; redução das expectativas e possível fuga de investidores e especuladores; e redução e possível desaparecimento de uma das principais bases de acumulação primitiva das oligarquias financeiras emergentes em Moçambique, nomeadamente a sua associação privilegiada com multinacionais e com os contratos do Estado. Cortes nos projectos de viabilidade ou prioridade duvidosa – Ematum, Proindicus, MAM, Ponte da Ka Tembe, e outros megaprojectos que favorecem aplicações financeiras e especulação imobiliária, mas que não servem a economia como um todo – podem beneficiar a economia, libertando recursos existentes para opções mais adequadas do ponto de vista económico e social, e travando as tendências de endividamento público descontrolado. Se estes projectos estiverem ligados a interesses poderosos, que tenham decidido sobre a sua implementação e deles beneficiem, apesar da sua viabilidade social duvidosa, poderá ser difícil cortá-los. Nesse caso, o Governo poderá ser obrigado a optar pela austeridade social, com impacto negativo na qualidade de vida dos cidadãos comuns e nas opções económicas e sociais futuras. A luta em torno destas questões está a ser travada em

Moçambique, e em outros países, pois esta é uma área de contestação e tensão constantes – as prioridades, os beneficiários e os que perdem. As opções não são socialmente neutras nem necessariamente pacíficas e consensuais. A revisão, a reestruturação e a reorientação do investimento público são uma área de vital importância para a recuperação e transformação da economia.

- 6) Renegociação parcial ou total da dívida, reestruturando-a ou transferindo o problema para o futuro. A dívida da Ematum foi reestruturada, com uma emissão de títulos de dívida de prazo mais longo, com as taxas de juro mais altas do mercado financeiro internacional, concentrando o pagamento do capital numa única prestação no final, em 2023. Nos próximos sete anos, o Estado terá de mobilizar cerca de 1,4 mil milhões de USD para pagar o empréstimo de 850 milhões mais os juros, excluindo tanto os prejuízos operacionais da empresa (20 milhões, só em 2015) como as implicações de os titulares da dívida exigirem um novo acordo, que lhes seja mais favorável, depois de descobertos os empréstimos secretos. Portanto, embora alivie a pressão de curto e médio prazo sobre o serviço da dívida, pois o capital só será amortizado no fim do período, o acordo de reestruturação tornou este empréstimo mais caro. Além disso, o serviço de dívida dos empréstimos secretos (Proindicus, MAM e Ministério do Interior) anula quaisquer ganhos de curto e médio prazo que possam ter sido alcançados com o reescalonamento e a reestruturação da dívida da Ematum. Espera-se que os rendimentos futuros dos megaprojectos de hidrocarbonetos permitiram reembolsar estas dívidas até 2023. Porém:
- (i) não só não se sabe quando nem quanto rendimento vai ser gerado com o carvão e gás;
 - (ii) como se desconhece a capacidade política do Estado de colectar impostos dos rendimentos de capital;
 - (iii) mas, seja qual for o rendimento desses projectos, parte substancial, ou o todo, de qualquer receita fiscal que possa vir a ser colectada já está hipotecada com a dívida corrente, havendo vários compromissos financeiros grandes em concorrência pelos mesmos fundos. Quais serão as prioridades? Qual será o benefício para a economia, como um todo, e para o cidadão comum? Que capacidades terá a economia criado, com a exploração de tais recursos, para impulsionar o seu desenvolvimento quando os recursos não renováveis estiverem esgotados? No caso europeu, os Estados resgataram a banca e geraram a crise económica global. No caso moçambicano, o Estado capitalizou as oligarquias rendeiças e especuladoras nacionais, com apoio do sistema financeiro global resgatado pelos Estados europeus, utilizando a estratégia de investimento público no núcleo extractivo da economia, na especulação imobiliária e no armamento, a porosidade económica, as parcerias público-privadas, a privatização barata dos recursos estratégicos públicos e a avalização de dívida privada em grande escala, o que, no conjunto, e gerou a maior crise económica financeira do último quarto de século no País. A renegociação da dívida (cancelamento parcial e

reestruturação) será útil se for para libertar recursos para uma estratégia de diversificação e articulação económica e alargamento da base social de desenvolvimento. Se o seu objectivo for limitado à estabilização fiscal, o risco será o agravamento da dependência externa e a consolidação do ciclo e do vício da dívida. A reestruturação da dívida terá de ser global, com dois enfoques: o cancelamento da dívida ilegal, concentrada na avaliação de empréstimos externos a empresas privadas; e a reestruturação da restante dívida como parte de um pacote de reorientação do investimento público e da estratégia de desenvolvimento e mobilização de receitas fiscais, especialmente as receitas directas sobre o rendimento do grande capital.

- 7) Reorientação estratégica da política de mobilização de recursos e de despesa pública, do seu actual foco em promover e subsidiar multinacionais e os seus parceiros nacionais (incentivos fiscais redundantes, parcerias público-privadas, expropriações a baixo custo, endividamento público para financiar a base infra-estrutural e logística das multinacionais, financiamento directo a empresas de oligarcas nacionais, etc.), para uma abordagem tendente a diversificar a economia e a focar-se nas grandes questões que afectam a maioria pobre do País: emprego decente, acesso a bens básicos (em especial, comida) de qualidade e a baixo custo, educação e formação, desenvolvimento dos serviços públicos e da segurança social, criação de capacidade de substituição de importações e diversificação das exportações. Este enfoque é contrário às práticas correntes de ajustamento neoliberal e às características actuais do sistema social de acumulação em Moçambique. Este é um caminho para evitar os piores efeitos da explosão e da implosão da bolha económica e sair da armadilha da dívida, mas requer a renegociação da dívida, o fim da especulação financeira e o empenho em criar dinâmicas de acumulação assentes na economia real e no emprego decente. Sem desafiar e desempoderar as oligarquias nacionais e internacionais, será impossível gerar uma economia de bem-estar para o conjunto da sociedade.

Em paralelo com medidas de austeridade fiscal ou mobilização e realocação de recursos orçamentais, é de prever que sejam discutidas medidas de austeridade monetária para conter a inflação, sobretudo se o Banco de Moçambique continuar com o seu enfoque primário nos alvos de inflação, como é preconizado no Programa Quinquenal do Governo 2015-19. Aliás, recentemente, o banco central aumentou as taxas de referência, o que provocará um aumento das taxas de juro dos bancos comerciais. Os determinantes da inflação são os preços dos bens básicos de consumo, em especial dos alimentos, os custos de combustíveis e a bolha imobiliária. Dado que os bens básicos e combustíveis são importados, a inflação importada joga um importante papel, sobretudo por causa da desvalorização da moeda nacional. A inflação acontece sempre que uma economia cresce rapidamente sem criar a capacidade de fornecer mais bens básicos para consumo, sendo, neste caso, criada pela estrutura e dinâmicas do investimento e

do crescimento económico. Estas dinâmicas não são alteráveis por restrições monetárias apenas, pelo que as medidas monetaristas anti-inflacionárias poderão não ajudar a reduzir a inflação. Por outro lado, tais medidas impõem ainda mais restrições às pequenas e médias empresas nacionais que não estejam ligadas ao núcleo extractivo da economia e que sejam dependentes do sistema financeiro doméstico. Ao restringir o acesso a capital, a política monetária poderá agir contra a diversificação, a articulação e o alargamento da base produtiva, impedindo a solução do problema que causa a inflação e consolidando as dinâmicas especulativas do sistema financeiro. As restrições monetárias não afectam os fluxos externos de capital e, por isso, discriminam as empresas dependentes do sistema financeiro doméstico. Finalmente, o aumento da taxa de juros encarece a dívida privada e pública. Em conclusão, medidas monetaristas desta natureza podem agravar a crise económica, financeira e social em vez de ajudarem a resolvê-la.

CONCLUSÕES

Certamente, haverá outras opções a analisar. As mencionadas atrás, que estarão, certamente, entre as mais importantes, servem para ilustrar um ponto: em situação de crise, importa entender a sua dimensão, tendências e dinâmicas, o que a causa e quais as prioridades sociais. No entanto, em última instância, esta análise não é socialmente neutra, dependendo dos interesses que se servem e protegem e dos que são sacrificados – os do capital financeiro especulativo ou os das classes trabalhadoras. No caso da Grécia, é o resgate dos bancos alemães e europeus que domina a política económica e social ou a reabilitação da base produtiva e do emprego, aumento da produtividade e redução da pobreza? No caso moçambicano, quais serão os lados e os termos de luta? Este debate é parte da luta de classes. Num mundo heterogéneo, as opções incluem escolhas e rejeições, as quais estão ligadas a interesses de grupo ou de classe que se desenvolvem e relacionam em torno de pressões, ligações e opções reais. Pode ser considerado simplista pensar em termos de esquerda e direita – naturalmente, depende de como de facto se discute a dinâmica social destes conceitos –, mas rejeitar essa contradição, contestação e luta é pior que o simplismo, pois é uma falsificação que tem por base a imposição neoliberal dos interesses dominantes do capital como imperativos de toda a sociedade.

A direita moçambicana, que pertence ou está, de algum modo, associada às elites económicas e políticas nacionais, é também o produto de uma série de estímulos económicos, como foi mencionado: o perdão parcial da dívida de Moçambique e a sua renegociação periódica até 2006 foi crucial para relançar a economia, criar confiança nos mercados internacionais de capitais e aumentar a capacidade de intervenção do Estado. A redução do *stock* de dívida a uma variável pouco significativa, com uma dívida comercial próxima de zero, gerou o espaço de

dívida que esta direita oligárquica nacional está a usar na terceira fase de expropriação do Estado. Por exemplo, a Ematum, a base logística de Pemba, os incentivos fiscais e de preços ao gás e outros recursos minerais, a entrega de infra-estruturas públicas para exploração privada e outras acções do género, não poderiam ter ocorrido sem a substancial redução da dívida que decorreu entre 1998 e 2006. O espaço de «endividamento» foi utilizado para acumulação privada de capital e a crise que gerou é hoje paga por toda a sociedade, em especial pela maioria empobrecida.

É interessante notar que o Estado não dispõe de capacidade financeira para subsidiar o pão, os transportes públicos e a segurança social universal, mas é capaz de gastar 15% do PIB a subsidiar empresas multinacionais e os seus parceiros financeiros domésticos, através de incentivos fiscais redundantes, parcerias público-privadas, concessões de infra-estruturas, terra e recursos minerais e energéticos a baixo custo, e garantias públicas para dívida privada de viabilidade duvidosa. A retórica política estatal enfatiza a relevância das pequenas e médias empresas, da diversificação da base produtiva, da substituição de importações e da promoção de emprego decente, mas o seu enfoque real no apoio ao grande capital doméstico e multinacional cria as dinâmicas de acumulação e especulação que impedem a sua retórica de se concretizar.

A longo prazo, qual será a escolha moçambicana sobre as opções a seguir? Para já, com a Grécia temos três lições a aprender. Primeiro, há alternativas que são económica, financeira e socialmente sensatas e viáveis. Lutar por elas é necessário, é possível e é politicamente viável. Segundo, quaisquer alternativas ocorrem num contexto de luta de classes, por opções, por abordagens, por focos e por formas de tratamento das questões. É uma luta, que se confronta com pressões, interesses e burocratas e máquinas burocratizadas e dominadas pelo capital financeiro e por décadas de domínio da ideologia neoliberal. Terceiro, é muito difícil vencer sozinho. O escárnio da direita moçambicana à Grécia, que revela a negação da sua própria história, é parte das alianças ideológicas e de classe do capital financeiro à escala global, e dos medos de perda de hegemonia e controlo do debate. A esquerda não pode responder encolhendo-se, ou isolando-se, ou adoptando posições ultranacionalistas irracionais. Dado o capitalismo global, o internacionalismo e a aliança e coordenação internacional das forças progressistas é vital. Esta é uma oportunidade de focar o debate doméstico em questões fundamentais das opções económicas, aprendendo estas três lições: há alternativas, são de classe e são internacionais.

REFERÊNCIAS

- Castel-Branco, C. (2015a). «Capitalizando» o capitalismo doméstico – porosidade e acumulação primitiva de capital em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique, 2015*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2015b). Desafios da sustentabilidade do crescimento económico – uma «bolha económica» em Moçambique? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.). *Desafios para Moçambique, 2015*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains, *Review of African Political Economy*, 41(sup1), S26-S48, DOI: 10.1080/03056244.2014.976363.
- Costa, J., & Mortágua, M. (2014). *Privataria, Quem Ganha e Quem Perde com as Privatizações em Portugal*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Flassbeck, H., & Lapavistas, C. (2015). *Against the Troika: Crisis and Austerity in the Eurozone*. Londres: Verso Books.
- Galbraith, J. (2014). *The End of Normal: The Great Crisis and the Future of Growth*. Nova Iorque: Simon & Schuster.
- Lapavistas, C. (2013). *Profiting without Producing: How Finance Exploits Us All*. Londres: Verso Books.
- Louçã, F. & Mortágua, M. (2012). *A Dividadura: Portugal na Crise do Euro*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Philips, T., et al. (2014). *Europe on the Brink: Debt Crisis and Dissent in the European Periphery*. Londres: Zed Books.
- Piketty, T. (2014). *Capital in the Twenty-First Century*. Harvard: Harvard University Press.
- Varoufakis, Y. (2016). *And the Weak Suffer What They Must? Europe, Austerity and the Threat to Global Stability*. Londres: Bodley Head.
- Varoufakis, Y. (2015a). *The Global Minotaur: America, Europe and the Future of the Global Economy*. Londres: Zed Books.
- Varoufakis, Y. (2015b). *Europe after the Minotaur: Greece and the Future of the Global Economy*. Londres: Zed Books.
- Westra, R. (2016). *Unleashing Usury: How Finance Opened the Door for Capitalism Then Swallowed It Whole*. Atlanta: Clarity Press.